



# Anais da Assembléia

Nº 47

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 1981

ANO VI

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1981

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Facci e Gabriel Manoel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 15/81

Curitiba, 13 de maio de 1981

Senhor Presidente.

Pelo presente, estou encaminhando à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, relação dos Srs. Deputados que comporão a Vice-Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB.

Composição da Vice-Liderança:

LINEU TURRA  
DARCY DEITOS  
GERNOTE KIRINUS  
JOSÉ TAVARES  
DENI SCHWARTZ

Sendo o que tenho para o momento, aproveito da oportunidade para renovar ao Excelentíssimo Sr. Presidente, meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja enviado telex com votos de pronto restabelecimento, em nome desta Assembléia Legislativa, ao Papa João Paulo II, vítima de

atentado, na manhã de hoje.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) LINEU TURRA

Apoiamento: JOSÉ TAVARES E DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

O Papa João Paulo II, Chefe da Igreja Católica, religião que congrega a imensa maioria dos brasileiros, chefe espiritual de milhões de homens, foi vítima de um atentado, no dia de hoje. O mundo todo declara suas esperanças de que ele se restabeleça.

No Paraná, onde esteve há pouco tempo, a ampla maioria da população mantém-se atenta ao desdobramento deste ato que merece nosso repúdio.

Justifica-se a manifestação desta Assembléia Legislativa, em nome do povo paranaense, de esperança de que Sua Santidade se recupere rapidamente, para alegria de todos os homens de boa vontade.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja manifestada a consternação desta Casa pelo atentado sofrido por Sua Santidade o Papa JOÃO PAULO II.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado conhecimento ao Reverendíssimo Sr. Arcebispo, Dom Pedro Fedalto.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

O breve pontificado do Papa JOÃO PAULO II, já foi o suficiente para se conhecer a notável personalidade do ex-Cardeal KAROL WOJTYLA. Tão logo assumiu a cadeira papal, JOÃO PAULO II empreendeu viagens por diversos países, entre os quais foi incluído o Brasil e, mais particularmente, o Paraná e nossa capital, arrastando para os locais por onde passou, uma multidão insutada. E, em todos os momentos, revelou uma grande preocupação com toda humanidade, sobretudo com os desvalidos pela sorte, pequeninos, minorias, doentes, enfim, todos injustiçados.

Dai, a notável dimensão que assumiu no mundo de hoje.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, votos de congratulações à Sociedade Treze de Maio, pois, a mesma completa hoje, noventa e três anos de fundação.

Outrossim, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à diretoria do clube.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) ADALBERTO DAROS

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações ao Colégio Senhor Bom Jesus, pela passagem, no dia

11 próximo passado, de seu 85º aniversário como entidade educacional, bem como pelos investimentos que a referida entidade vem fazendo no setor educacional em Campo Largo, onde inaugurou um dos mais modernos complexos escolares do Brasil.

Requer outrossim, aprovado o presente, seja dada ciência da decisão da Casa à direção do estabelecimento supra citado.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) CARLOS ZANLORENZI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o Plenário, solicita que se oficie a Suas Excelências o Sr. Presidente da República, ao Chefe da Casa Civil da Presidência e Ministro dos Transportes, solicitando sejam atendidas as reivindicações dos camioneiros autônomos de nosso Estado, que pleiteiam 32 por cento de reajuste nos valores atualmente vigentes.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

Mais de mil veículos de transporte de carga estão paralisados ao longo da BR-277, nas imediações de Cascavel, em sinal de protesto pelo baixo valor que recebem em seus fretes, por parte das transportadoras.

Esse, representa o resultado de uma situação injusta que se observa no setor de transportes, onde os agenciadores, maioria quase absoluta sem possuir qualquer veículo, explora o trabalho e o capital de milhares de profissionais do volante pesado em nosso País. As tabelas em vigor, contemplam o transporte com fretes satisfatórios.

No entanto, os grupos que exploram estes serviços, ficam com o maior quinhão, em detrimento de vasta maioria de camioneiros.

Somos solidários ao movimento grevista e consideramos que, em nome da tranquilidade social, e para se evitar grandes prejuízos ao escoamento das safras, as autoridades federais devem intervir com urgência e energia para se implantar, pelo menos, uma existência justa entre as empresas e os camioneiros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. EDSON MACHADO DE SOUZA, DD. Secretário da Educação, solicitando-lhe uma verba para compra de um micro-ônibus para o Município de Cafelândia, que será destinado ao transporte de alunos residentes nas localidades próximas ao município.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Vários pais de alunos residentes na localidade de Central Santa Cruz, em Cafelândia, município recentemente emancipado de Cascavel, fizeram um apelo a este Parlamentar, no sentido de gestionar junto a esse órgão, uma ajuda para aquisição de um micro-ônibus, ou pelo menos um auxílio financeiro para pagamento de transporte de seus filhos, que, sem alternativas, são obrigados a andar aproximadamente 20 km, até a escola situada no referido município.

O transporte é feito atualmente por uma Kombi pertencente a um dos moradores da localidade, que cobra à base de Cr\$ 3.000 mensais, por aluno.

A compra deste micro-ônibus, virá trazer benefício não

apenas aos alunos que pretendem estudar, mas também às outras localidades próximas ao município que, sem dúvida, necessitam de um veículo para transportar as crianças que fazem um percurso muito grande, à pé.

Sabemos que uma das metas principais do Governo é a educação, e baseados neste objetivo, é que fazemos este apelo, certos de que essa Secretaria não medirá esforços para atender às reivindicações daquela comunidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. Desembargadores HELIANTHO CAMARGO, DD. Presidente do Tribunal de Justiça e OSSIAN FRANÇA, DD. Presidente da Comissão de Organização e Divisão Judiciária do Paraná, solicitando a criação das Comarcas de Catanduvas e Capitão Leônidas Marques, desmembrando-as de Cascavel.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

Como é do conhecimento desse egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, tanto Capitão Leônidas Marques quanto Catanduvas, são municípios que estão jurisdicionados à Comarca de Cascavel, que apesar das sete varas ali existentes, não consegue dar andamento rápido aos processos que nelas se encontram, em face principalmente do volume de pleitos que se acumulam.

Catanduvas é um município em grande desenvolvimento, e conta com larga escala de pequenas propriedades rurais que amplia a faixa de litígios de toda natureza. Além disso, o seu maior Distrito — Três Barras, foi emancipado no fim do ano passado (1980) com o nome de Três Barras do Paraná, o que demonstra o indiscutível surto de progresso.

Por outro lado, a distância da sede de Três Barras a Cascavel, é de 90 km, e da sede de Catanduvas é de 53 km, ou seja, 10 km a mais que o trecho Toledo- Cascavel, em 29 km a mais que Cascavel - Corbélia.

Quanto ao Município de Capitão Leônidas Marques, a relação é a mesma, porém a distância da sede para Cascavel é em torno de 90 km, e está em vias de emancipar o Distrito de Boa Vista da Aparecida, ficando em idêntica situação de Catanduvas e Três Barras.

A criação dessas comarcas diminuirá o excesso de trabalho de Cascavel, além de melhorar a distribuição da Justiça, dando ensejo a que o progresso não sofra solução de continuidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Desburocratização, HÉLIO BELTRÃO, no sentido de envidar esforços junto ao IAPAS, ao Instituto de Marcas e Patentes e ao Ministério da Indústria e Comércio, para eliminar o máximo possível a burocracia no atendimento dos serviços de interesses da economia e da produção nacionais. Segue justificativa anexa.

Requer também, envio da cópia à Associação Comercial e Industrial de Toledo e à Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

No IAPAS — Que o certificado de regularidade de situação das empresas continue como antes, a ser fornecido através

das agências bancárias, no ato do pedido e mediante a simples apresentação das guias das últimas doze contribuições mensais do interessado.

Até bem pouco tempo, o IAPAS fornecia o Certificado de regularidade de situação das empresas através das agências bancárias, no ato do pedido e mediante a simples apresentação das guias das últimas doze contribuições mensais do interessado.

De repente, mudou a orientação e mudou para burocratizar mais, em vez de desburocratizar, com acentuado prejuízo para o interessado. O empresário interessado tem agora que deslocar-se em busca de uma agência do IAPAS, se esta não existe na localidade (existem apenas 17 agências do IAPAS em todo o Paraná, com quase 300 municípios).

Ora, o certificado fornecido pelo IAPAS, mais de informação que de quitação, tem caráter provisório para permitir que a empresa continue com suas atividades e não inibe que posteriormente a fiscalização do próprio instituto confira a regularidade dessa empresa.

Por que então, dificultar e burocratizar, não permitindo que o certificado continue a ser fornecido diretamente pelas agências bancárias?

No Instituto de Marcas e Patentes — Que o despacho preliminar do Ministério da Indústria e Comércio, no pedido do registro de marca e patente, seja imediatamente comunicado por ofício ou memorando ao interessado, para que possa este recolher, em tempo hábil, a taxa devida e não venha a ter caducado o seu pedido, pela simples falta desse recolhimento. fornecendo-se o certificado imediatamente após o despacho final que aprovou o registro.

Os primeiros passos no pedido do registro de marca e patente de um produto, na realidade, não têm nada de complicado: apresenta-se o pedido à Delegacia Regional do MIC, acompanhado do respectivo desenho e do recolhimento de uma pequena taxa de expediente.

O problema se complica, se burocratiza, e depois, quando surge o despacho preliminar, dando o prazo para que o interessado recolha a taxa de registro: esse despacho é publicado apenas na Revista do Instituto de Marcas e Patentes, e nada é comunicado por escrito ao interessado.

Isso concorre para que o interessado, que geralmente não recebe a Revista, deixe de recolher, em tempo hábil, a taxa final de registro e veja caducado o seu pedido. Resultado: novo pedido, com novas formalidades, nova espera prejudicial ao desenvolvimento da empresa e das atividades.

E o pior de tudo é que, satisfeitas todas as exigências, o Ministério, mesmo despachado favoravelmente o seu pedido, só fornece o certificado de registro após decorridos três anos do último despacho que aprovou o pedido.

Por que essa burocracia de três anos?

No Ministério da Indústria e Comércio — Que as juntas comerciais fiquem terminantemente autorizadas (e cumpram essa autorização) no sentido de, no ato do atendimento de registros de atos constitutivos ou modificativos de sociedade, providenciarem, de ofício, por intermédio de seus próprios advogados, o “Visto” a que se refere a recente Lei n.º 6884, de 09/12/80.

A constituição de sociedades comerciais vem de há muito sofrendo demora de registro nas Juntas Comerciais, dado o limitado número destas, geralmente só instaladas nos grandes centros brasileiros, para atenderem a toda uma demanda do território nacional. Até mesmo um simples ato modificativo do contrato social não foge à regra dessa demora. Como se isso não bastasse, a Lei 6884, de 09 de dezembro de 1980, passou a exigir o “Visto” de advogados nos documentos constitutivos ou modificativos das sociedades.

Com todo o respeito que nos mereça o legislador brasileiro, essa lei não nos parece mais do que inócua, do ponto de vista da realidade da praxe nacionais.

No Brasil inteiro quem elabora contratos sociais (atos constitutivos ou modificativos), sempre têm sido os escritórios de contabilidade, cujos titulares, via de regra diplomados bacharéis em Economia e Comércio, vivem dia a dia do Direito Comercial em sua prática, tanto assim que nenhum balanço é considerado válido e legal sem a sua assinatura, seguida do respectivo número do registro no CRC.

Que se exigisse o “visto” ou mesmo a assinatura de um desses técnicos nos documentos, até se concebe; mas exigir que, depois de elaborados tais documentos, ainda se procure um advogado para coonestar o trabalho de um bacharel como ele, é aumentar o zigue-zague da burocracia antes de chegar-se à porta de cada Junta Comercial.

Então, que pelo menos, já que a lei tem que ser cumprida, que em sua regulamentação ou mesmo antes desta, se determine às Juntas Comerciais o “Visto” de seus próprios advogados sobre os documentos constitutivos das sociedades no momento de seu exame para efeito de registro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento de ofícios aos Srs. ERNESTO VALENTE GUBERT, Presidente da PARANATUR, MIGUEL COLASUONO, Presidente da EMBRATUR e a Sua Excelência o Sr. NEY BRAGA, Governador do Estado, solicitando gestões junto ao Conselho Nacional de Petróleo, para a abertura dos postos de gasolina nos feriados e fins de semana em Paranaguá, por ser ela uma das cidades mais tradicionais do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### JUSTIFICATIVA:

Paranaguá, uma das cidades turísticas mais importantes e tradicionais do Estado, foi esquecida no esquema de abertura dos postos de gasolina nos feriados e fins de semana.

Berço da civilização paranaense, não poderia, de forma alguma, deixar de constar nos planos do CNP. Tal pedido, se faz por solicitação do Vereador Massami Takayama, um dos que mais lutam pelos interesses da população parnanguara, com inúmeros pronunciamentos proferidos na Câmara Municipal daquela cidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER envio de ofício ao Excelentíssimo Sr. ANTÔNIO DELFIM NETO, Ministro do Planejamento, e ao Secretário de Estado da Agricultura, REINHOLD STEPHANES, solicitando providências no sentido de que os Valores Básicos de Custeio e preços de garantia do trigo passem a ser fixados anualmente no mês de janeiro, a fim de propiciar condições do plantio da cultura aos agricultores paranaenses.

Requer envio de cópia à Associação Comercial Industrial de Toledo — ACIT, e à Câmara Municipal do mesmo município.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

Data de uns doze ou quinze anos, bem recente portanto, o desenvolvimento da triticultura no Paraná, especialmente no Oeste, onde esse desenvolvimento é mais acentuado.

Bem diferente do Rio Grande do Sul, onde o clima goza

de certas uniformidades, o triticultor paranaense tem vivido de experimentações, de épocas de plantio, firmando-se pouco a pouco a tendência do plantio os primeiros meses do ano (março, abril ou mesmo em fevereiro—, para que possa enfrentar o revés da geada de julho, das pragas, etc.

Acontece que a fixação dos valores do VBC e dos preços de garantia têm sido feitas pelo governo, tardiamente, com base — parece — no regime de cultura do Rio Grande do Sul, cuja colheita é feita tranquilamente em setembro e até em outubro.

Essa diferença de época de plantio entre os triticultores dos dois Estados, tem criado sério problema para o paranaense, levado a plantar antes mesmo de encaminhar sua proposta de financiamento.

Muitos chegam até a desistir do plantio, por não querer fazê-lo sem a aprovação dessa proposta, mesmo porque, em caso de revés, o banco não aceitaria a comunicação do PROAGRO, em virtude da proposta haver sido encaminhada após o plantio. Em 1980, por exemplo, os valores foram liberados em março; no corrente ano de 1981, só em abril os bancos recebem instruções para atendimento das propostas do PROAGRO.

Ou o Governo leva em consideração essa antecipação de aproximadamente 60 dias no plantio do Paraná em relação ao do Rio Grande do Sul e libera os valores do VBC, e os preços do trigo no início do ano, ou a própria produção paranaense continuará sofrendo a defasagem proveniente do retardamento da fixação de valores do VBC e dos preços de garantia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Sr. General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado do Paraná, xerox do requerimento da Câmara Municipal de Santa Amélia, sob o número 01/81, datado de 22/4/81, solicitando a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Laranjinha.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) PALÁCIOS

Apoio: GABRIEL MANOEL e ROSÁRIO PITELLI.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que a construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Laranjinha, viria beneficiar os Municípios de Santa Amélia, Ribeirão do Pinhal e Abatiá, sanando as dificuldades existentes em termos de transportes coletivos para Cornélio Procopio, centro estudantil e comercial, de maior volume na região.

Outrossim, queríamos informar que a construção da ponte ora solicitada, reduziria a distância em quarenta e cinco quilômetros.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 41/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º — Não será cobrado qualquer acréscimo, a qualquer título, sobre as contas de fornecimento de água pela SANEPAR, não liquidadas no dia do vencimento.

Art. 2º — A interrupção do fornecimento de água em virtude de falta de pagamento, só ocorrerá após aviso formal ao usuário.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) FIORI LUIZ

#### JUSTIFICATIVA:

1 — Atualmente, as contas de fornecimento de água pela SANEPAR não pagas no dia do vencimento, sofrem um ACRÉSCIMO DE 10 POR CENTO sobre o seu valor total, conforme autorização expressa do Art. 57 do Decreto 2972, de 22 de dezembro de 1972, publicado no D.O número 206, de 28/12/72 que regulamentou o funcionamento da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR.

Além desse acréscimo, estará o usuário impontual sujeito à interrupção do abastecimento, e neste caso, responderá pela taxa de religação.

2 — Ocorre que esse acréscimo cobrado a partir do dia seguinte ao vencimento, é abusivo. Tratar-se-ia de mora no pagamento e os juros de mora, permitidos legalmente, são de 0,5 por cento ao mês, e quando contratados, até um máximo de 1 por cento ao mês. Não é legal, portanto, uma cobrança de juros a título de multa de 10 por cento por um dia ou por um mês.

3 — Esta Assembléia tem inteira competência para legislar sobre a matéria, coibindo esse abuso, por força do que dispõe o Art. 21, inciso IV, da Constituição do Estado.

##### PROJETO DE LEI Nº 42/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º — Fica denominado “DEPUTADO ARNALDO FAIVRO BUSATO”, o trecho da Rodovia PR-182, que liga a sede do Distrito de Santa Tereza ao Município de Cascavel, à sede do Município de Francisco Beltrão.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) DAVID CHERIEGATE

#### JUSTIFICATIVA:

Nunca será demais perpetuar a memória do inesquecível homem público que foi o Deputado Arnaldo Faivro Busato.

Não obstante ter sido colhido prematuramente pela morte, marcou sua trajetória existencial e política com o selo do trabalho e da dedicação aos interesses coletivos, sobretudo na região cortada pela Rodovia PR-182, sua atuação foi magnífica.

Daí, a homenagem que proponho nesta oportunidade.

##### PROJETO DE LEI Nº 43/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Colônia de Pescadores Z-12, a área de terra constituída pelos lotes números 06 (seis) e 07 (sete) da quadra 37 (trinta e sete), Zona C do Município de Foz do Iguaçu, com área total de 3.600,00 metros quadrados, adquirida do Município de Foz do Iguaçu, conforme transcrições de nº 3.688 e 3.689, às fls. 248 do Livro 3-D, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 2º — A área de terra, objeto de doação de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizada para a construção e funcionamento da sede da referida Colônia de Pescadores, não podendo, em qualquer tempo, ser transferida para terceiros ou utilizada para outros fins, sob pena de reversão da mesma, ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1981.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

As colônias de pescadores de nosso Estado, como as demais congêneres do Brasil, congregam uma população de baixa renda e associados da Colônia de Pescadores Z-12, foram indenizados pela Itaipu Binacional, com uma importância aquém da realidade, pela sua sede, na localidade de Itacorá. Na época, ela já era insuficiente para comprar um terreno e agora com a desvalorização da moeda, tornou-se impraticável a compra de um novo imóvel, não podendo a Colônia, como se encontra, estender a assistência e apoio de seus associados. Esta Colônia congrega atualmente cerca de 450 pescadores e suas famílias, diretamente dependentes da pesca praticada de forma artesanal nas águas do Rio Paraná. O terreno indicado pela Colônia ao Governo do Estado está localizado numa área próxima à margem do Rio Paraná, facilitando em muito o trabalho dos pescadores.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje é dia 13 de maio, Sr. Presidente, é a festa dos negros no Brasil. E o PMDB centro do seu programa, entende que o negros são, em nosso País, discriminados — econômica, social e culturalmente. A imensa população negra de todos os matizes vive, em sua maioria, em condições de miséria nas cidades e nos campos, padecendo de subnutrição e das crônicas deficiências que ela provoca.

Por isso, o nosso Partido, propugna pela criação de condições que lhes permitam romper o círculo vicioso, configurado pela situação de pobreza e imobilidade social e que está submetidos. Tais condições, deverão traduzir-se em melhores condições de educação incluída a qualificação profissional, bolsa de estudo, obrigatoriedade de conceder matrículas em estabelecimentos de ensino, de emprego, em atividades produtivas e participação em entidades culturais.

É para que os Anais desta Casa registrem, Sr. Presidente, nós iremos tecer alguns comentários sobre um dos líderes da revolta negra no Brasil o "Guerrilheiro Zumbi". (Lê):

"Os tambores revoltados agitavam-se nos quilombos, fazendo escoar pela imensa colônia portuguesa um feroz grito de guerra. As negras terras de Palmares, Jabaquara e outras ilhas escravas gemiam de dor e ódio, tremiam as grandes fazendas com o canto da força africana. Naquele maio, os negros brasileiros davam o primeiro grande passo na luta pela liberdade geral do povo. A escravidão negra era abolida com aval da filha do Imperador. Por lei, nenhum cidadão brasileiro poderia manter qualquer indivíduo sob a condição de escravo.

A vitória dos escravos foi fruto de um processo que envolveu muitos segmentos da sociedade brasileira, mas foram os negros que derrotaram muitos exércitos e resistiram até o fim dos quilombos ao fogo dos grandes senhores.

Como o Quilombo de Palmares, símbolo da revolta negra no Brasil, muitas outras repúblicas e reinados foram construídos no meio das matas, lugar onde só o negro e o índio poderiam sobreviver. Muitos heróis negros surgiram em grandes batalhas onde a pólvora massacrava lanças e flechas, onde o negro e a natureza derrotavam o europeu "civilizado". Negros como Zumbi, que mostraram nas lutas do campo o valor de sua posição de chefe dos Quilombos.

#### O negro imortal

Considerado imortal pelos escravos, Zumbi chegou ao comando de Palmares num momento de grandes dificuldades para os quilombolas. As batalhas que comandou foram as últimas de Palmares, porém, foram as mais heróicas de toda a existência dos Quilombos.

Domingos Jorge Velho entrava na caçada final aos ex-escravos palmarinos que saqueavam as fazendas, libertando escravos e tomando mantimentos. Ganga-Zumba, o rei anterior a Zumbi, fora executado pelos próprios negros depois de entrar em acordo de paz com D. Pedro de Almeida. Ele vinha coman-

dando a resistência negra desde a primeira expedição punitiva sob o domínio holandês.

Na terceira expedição punitiva, Zumbi é ferido a bala e fica marcado para sempre. O acordo de paz se dá sob o comando de Fernão Carrilho, que imagina que o Quilombo dos Palmares estava esmagado. Nessa hora é que Zumbi, brilhante, jovem guerreiro, habilidoso apesar do defeito causado pelo ferimento, é conduzido ao comando pela vontade do povo quilombado, que não aceitou o acordo de paz.

Foram 22 dias de resistência negra, com lanças, arcos e flechas, água fervente, pedras, facões e algumas armas de fogo tomadas aos invasores. A tropa de Domingos Jorge Velho foi reforçada, mas o Quilombo dos Palmares resistia. O chefe negro preparou uma retirada audaciosa — era preciso aproveitar a única saída que a artilharia branca deixara. Durante a noite Zumbi avança seus homens pelo vão que bordejava um precipício. Porém, no fim da manobra os negros são vistos por uma das sentinelas que dá o alarme, fazendo começar a matança. O resultado final foi de 200 mortos e 50 presos, enquanto outros 200 precipitaram-se no abismo. Zumbi escapa ainda com muitos homens e transforma-se num guerrilheiro. Não havia quem soubesse de seu paradeiro com segurança.

Sua morte se dá quando um de seus lugares-tenentes é aprisionado pelos soldados e, em troca da liberdade prometida denuncia o local onde se encontrava o bando de Zumbi. Num sumidouro fabricado pelos próprios guerrilheiros, os soldados encontram-no e atacam. Mesmo surpreendido os negros travam forte batalha até tombarem todos.

Estava terminada a República dos Palmares, cujo chefe teve a cabeça espetada em um pau e exposta em praça.

Com Zumbi lutaram muitos outros negros de fibra. A lembrança de sua existência não deixa que aos negros de hoje seja imposta a pecha da índole pacífica. Nenhum povo oprimido tem índole pacífica."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos retornando da cidade de Maringá, onde participamos dos festejos comemorativos de seu 34.º aniversário de fundação, e, por entender necessário, fazemos o registro das festividades, destacando obviamente, a situação privilegiada de nossa querida Maringá. Os festejos, realizados de maneira simples, porém num clima de muito entusiasmo, refletiram perfeitamente o desejo do povo maringaense em exaltar sua terra.

É necessário demonstrar aqui algumas peculiaridades de Maringá, que orgulha seu povo, por situar-se entre as cidades brasileiras que melhores condições de vida oferece a sua gente.

Fundada em 10 de maio de 1.947, elevada à categoria de Município em 1.951, tornando-se comarca em 1.954, recebendo a instalação da Diocese em 1.957, e, elevada a condição de Arquidiocese em 1.980, Maringá conheceu um progresso extraordinário, sem contudo inchar-se, sempre cresceu ordenadamente, evitando por todos os meios o surgimento de problemas fundiários que possibilitariam a existência de favelas, tão comuns no panorama urbano das cidades de médio e grande porte em nosso País.

As condições de vida dos maringaenses podem ser medidas, pelos serviços públicos colocados a sua disposição conforme passamos a relatar:

#### Saneamento Básico:

Maringá conta com uma rede de distribuição de água potável com uma extensão de 705 Km e um total de 28.074 ligações, atendendo a quase totalidade da população urbana, tendo consumido em 1980, cerca de 6.800.00 m<sup>3</sup> de água;

A rede de esgoto sanitário, com uma extensão de 220 Km e um total de 9.200 ligações, atende cerca de 32% da população, para cujo tratamento, feito por processo biológico, existem duas lagoas de estabilização.

As galerias de águas pluviais, cuja extensão é de 306 Km, atende na ordem de 85% da área urbana ocupada;

A extensão de vias pavimentadas, é de 486 Km o que corresponde a 80% do sistema viário existente na malha urbana.

A coleta de lixo é feita por uma frota de onze caminhões, com capacidade média de 7,28 toneladas cada, e 904 operários percorrendo diariamente 741 Km de vias pública, equivalente ao atendimento de 81% da área habitada.

A COPEL — atende atualmente 39.118 economias, o que corresponde a 87% da população, assim distribuídas:

— ligação residenciais . . . . .	33.387
— ligações comerciais . . . . .	4.278
— ligações industriais . . . . .	655
— ligações rurais . . . . .	550
— ligações poderes públicos . . . . .	248

É necessário ressaltar que Maringá foi a cidade que mais ligações industriais efetuou no ano de 1.980, com 71 novas ligações, contrastando com o número apresentado por outras cidades, que em alguns casos, decresceram, inclusive.

Na área de comunicação, a cidade é muito bem servida possuindo três jornais de circulação diária, uma revista semanal, quatro emissoras de rádio OM e duas FM, uma estação de televisão e duas repetidoras. Com relação a telefones, existem em Maringá, 28.977 aparelhos em funcionamento, integrada ao sistema DDD e DDI sendo a rede nacional de telex, composta de 168 terminais.

A cidade conta também com uma população bastante organizada no que tange a associações, com seus setores ativos participando de entidades profissionais, culturais e filantrópicas entusiasticamente. Contando ainda com treze sindicatos de trabalhadores e patronais, seis associações de bairros, dezoito creches e treze clubes de serviços.

Maringá, conta com um sistema de segurança dos mais completos do Estado. É sede do 4.º Batalhão de Polícia Militar, do Tiro de Guerra, do Pelotão da Rádio Patrulha, Corpo de Bombeiros (sendo um em sua sede e uma unidade no Jardim Alvorada) 9.ª Subdivisão Policial, destacamento da Polícia Rodoviária e 13.ª Ciretran, além de diversas instituições de segurança e vigilância, garantindo com essa estrutura, um baixo índice de criminalidade.

Destaca-se ainda em Maringá na área de Ensino:

Por exemplo, na área de pré-escola, tão carente em nosso País, o município conta com dez escolas, sendo 3 municipais, 1 estadual e 6 particulares, as quais abrigam um total de 2.300 alunos; o ensino de 1.º grau conta com um total de 47 escolas, sendo 10 municipais, 31 estaduais e 6 particulares, abrigando 31.700 alunos no segundo grau, Maringá dispõe de 11 escolas, sendo 4 estaduais e 7 particulares, atendendo 8.900 alunos. O ensino supletivo é atendido por 10 escolas, sendo 1 municipal, 8 estaduais e 1 particular;

A Universidade Estadual de Maringá mantém 22 cursos; seu corpo docente é composto de 466 professores e discente de 5.159 alunos, o ensino profissionalizante, é atendido pelos órgãos específicos, como SENAC; SENAI, SESC e C.S.U.

A saúde, esportes, lazer e recreação, são metas prioritárias em Maringá, recebendo investimentos constantes e vultuosos, procurando sempre dar entretenimento e condições de saúde a sua população, contando inclusive, com centros esportivos completos nos bairros, bem como unidades e postos de saúde em toda a periferia.

A pujança da pecuária, agricultura, comércio e indústria de Maringá, pode ser avaliada pelo resultado da última Feira Exposição Agro-Industrial da cidade, atingindo um volume de comercialização da ordem de Cr\$ 67.6 milhões de cruzeiros, somando praticamente as demais feiras realizadas este ano em nosso Estado, devendo ser lembrado, que a 9.ª Expoingá — é a última delas, sofrendo, conseqüentemente, a concorrência direta das demais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos sabemos das dificuldades que atravessam, não apenas nossos municípios, mas o próprio Estado e também a União. No entanto, é notável o volume de investimentos feitos em Maringá pelas áreas referidas. Assim, divididos em

suas respectivas áreas e distribuídos entre construção e reformas de estabelecimentos escolares, postos de saúde, urbanização, centro regional de saúde, Delegacia e Ciretran, forum e edificações diversas, é o seguinte o quadro de Maringá:

Investimentos municipais:	Cr\$ 513.000.000,00
Investimentos estaduais:	Cr\$ 741.000.000,00
Sesi - Senac . . . . .	Cr\$ 140.000.000,00

perfazendo um total de Cr\$ 1.394.000.000,00 (um bilhão, trezentos e noventa e quatro milhões de cruzeiros), demonstrando inequivocamente, que em Maringá, mesmo com crise, continua a crescer, não apenas nos setores privados, como comprovamos através do número de novas ligações de energia elétrica industrial, mas também no setor público, de fundamental importância, já que estes visam sempre o bem-estar da população.

Portanto, Sr. Presidente, ao parabenizar Maringá pelo seu 34.º aniversário, é forçoso reconhecer o grande esforço dispendido pela administração municipal, tendo à frente o Prefeito João Paulino, pelos constantes esforços dispendidos visando a conquista de recursos que possibilitem, de forma sempre crescente, o bem-estar da família maringaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao nobre Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos últimos tempos, os meios de comunicação têm comentado a sensível queda no consumo de produtos essenciais, tornando pública a situação calamitosa que, lamentavelmente, atinge elevado contingente de nosso povo.

O conceituado jornal "Gazeta do Povo", no dia 30 de abril transato, publicou com destaque uma notícia informando que o consumo de pão no Brasil nos últimos quatro meses apenas decaiu entre 25 a 30%, conforme análise feita pela Associação Brasileira da Indústria da Panificação.

Ainda, na mesma data, o noticioso "O Estado do Paraná", confirmando o ritmo decadente da procura de alimentos essenciais à saúde, articulou o título "Laticínios em Crise no Paraná". Após apresentação de estudo da situação das indústrias do ramo em nosso Estado, representantes de produtos, órgãos de classe e entidades governamentais, finalizaram as considerações com a seguinte advertência que consta no documento enviado ao Secretário Nacional de Abastecimento: "Caso venha a persistir a atual situação, sem atendimento às solicitações feitas inicialmente, a curto prazo teremos, obrigatoriamente, uma retração na aquisição de matéria-prima pelas indústrias, com firme redução na produção, e, certamente, um colapso no abastecimento, a exemplo do que ocorreu em 1.978, ocorrendo, fatalmente, a diminuição do rebanho leiteiro, com imprevisíveis conseqüências de ordem social e econômica".

Estas reportagens são apenas uma mostragem de assuntos dessa categoria, mas que, muito bem denotam o andamento galopante da retenção brasileira na procura necessária de alimentos à existência, causada pela elevação constante de preços desses produtos.

Entretanto, enquanto pão e leite têm relevante aumento nos custos, bebidas alcoólicas, produtos de efeito maléfico à saúde, mantêm-se em preço acessível, facilitando e até mesmo incentivando, deste modo, o seu maior consumo.

Apreensivo, por estas razões, é que apresentamos à consideração dos nobres Deputados, o seguinte requerimento.

(Lê)

"Senhor Presidente

Considerando que os preços do leite e do pão, alimentos essenciais para a saúde do povo, tiveram recentes elevações;

Considerando que, em conseqüência, se registra expressiva e lamentável diminuição na procura dos referidos produtos, obviamente pela falta de recursos suficientes por parte da maioria dos trabalhadores;

Considerando finalmente que, poderá ser viabilizada uma redução dos preços daqueles produtos de primeira necessidade através de subsídios originários da comercialização de bens de



necessidade secundária ou supérfluos, notadamente de bebidas alcoólicas;

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento, Antônio Delfim Neto, sugerindo os estudos que se fizerem necessários quanto à possibilidade de adoção da medida apontada.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1.981."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os trabalhadores rurais da Conceição do Araguaia, no sul do Pará, estão realizando eleições para o seu sindicato. Enfrentam extremas dificuldades para democraticamente eleger a sua diretoria, pois, o clima de tensão marcado pela ameaça de violência está presente. Nos últimos dias, tropas militares chegaram à região e cumprem, neste momento, o papel de intimidação que leva a impedir que os camponeses cheguem às urnas. Assim, não se terá o "quorum" previsto em lei neste novo pleito do dia 25. E sendo assim, uma Junta interventora vai ser nomeada e ditará a direção do sindicato à revelia da escolha democrática de seus membros.

Fazemos desta tribuna, a denúncia dos fatos para demonstrar como agem neste momento, as forças da reação em relação aos trabalhadores e seus direitos de livre organização. Tentam frustrar uma eleição livre para impor uma diretoria escolhida pelo Ministério do Trabalho. Tentam impedir que os camponeses votem para que o seu sindicato não atue e não preteja seus interesses tão conspurcados nesses últimos tempos.

Entendemos que o PMDB, coerente com seus princípios e seu programa, deve lutar, sem descanso, para fazer avançar o processo democrático e isto implica na necessária defesa de eleições livres onde elas estiverem se realizando. Conceição do Araguaia transformou-se, por força dos conflitos sociais vinculados à luta pela terra, em cenário de confronto entre os interesses de grandes latifundiários e a população camponesa que luta pelo direito de acesso à terra para produzir. Eliminar tensões, segundo os métodos tradicionais, significa eliminar os que lutam pela democracia na região. Nós do PMDB, acreditamos que estas tensões serão eliminadas pela execução de uma reforma agrária radical, que dê a terra para quem nela trabalha, que respeite o uso social da propriedade.

Nessa região, estão muitos dos paranaenses que nos últimos anos foram expulsos pelo avanço de uma agricultura fundada na produção para exportação e que libera mão-de-obra, que acaba com a pequena propriedade, que expulsa o trabalhador. Lá estão lutando por nova oportunidade. Nós, do PMDB, que consideramos ser este o resultado mais grave da política agrária do Governo, nos pronunciamos pelo direito destes trabalhadores elegerem agora a diretoria de seu sindicato, como forma de consolidar um instrumento da defesa de seus interesses. Recentemente, o advogado Paulo Fontelles, que defende os camponeses, foi incurso na Lei de Segurança Nacional, sob alegação de que estimula a luta de classes. Como veem, o arbítrio caracteriza as relações naquele pedaço do País. Contra ele, o nosso protesto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate, inscrito.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A data de hoje evoca um dos marcos fundamentais da nossa civilização, eis que se comemora o Ato Imperial que

concedeu a liberdade a todos homens de cor mantidos como escravos neste País.

A Abolição da Escravatura veio cristalizar a sua adolescência histórica de inabalável condenação a todo tipo de servidão que avilta a dignidade humana. Sempre repelimos, coerentes a essa formação de consciência, qualquer manifestação discriminatória que busque a exaltação de uma raça e humilhação de outra simplesmente pela pigmentação da pele. E também sempre nos insurgimos a outros aspectos de servilismo que determinados credos ideológicos buscam impor sobre a humanidade e inspirados em distorcidos conceitos raciais.

Compreendemos o mundo, Sr. Presidente, dentro de um universo bem maior, mais amplo e no qual o homem seja interpretado como produto de uma vontade superior e divina que lhe deu o sopro da vida e uma superior missão na face da Terra.

E se rendemos hoje nossas homenagens ao ato da Princesa Isabel, também estendemos este tributo de reconhecimento aos brasileiros que tanto se empenharam pela alforria do negro, escrevendo gloriosa página que redimiu a Nação de uma vergonhosa afronta a sua própria vocação de igualdade social. Nos alicerces deste espírito erigimos a civilização moderna, que veio acolher as aspirações democráticas do nosso povo, assim fundadas na concórdia social, no pleno respeito entre todos os segmentos qualquer que seja a cor, a naturalidade ou o credo religioso.

Foi isto que nos deu a força suprema para mantermos unida uma Nação imensa sobre um vasto território, sob a mesma Bandeira, um só Hino e o mesmo calor humano que agasalha os sentimentos de patriotismo que formam a Pátria.

Esta Pátria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, una e indivisível, fez seu processo econômico sobre o trabalho escravo no Brasil-Colônia e durante o Brasil-Império. Mas o século XX traria o advento da industrialização em todo o mundo, com a presença da máquina e o nascimento do operariado. Cresceram juntos e, impulsionados pelos mesmos ideais, nos deram o progresso que hoje alcançamos. A população negra do País contribuiu largamente com seus braços, agora livres, na construção desse gigantesco edifício. Mas, se grande parte dela hoje está marginalizada do processo de desenvolvimento, que segrega em torno de 40 milhões de brasileiros, não será por culpa de si mesma ou das suas origens africanas, mas pelos erros de um mecanismo opressor e perverso que em nossos dias assume as feições de um povo-modelo espoliativo manipulado no Exterior.

Daí por que repelimos, com a maior veemência possível, as declarações feitas há poucos dias pelo Presidente da Associação Comercial do Paraná e, também, do Centro do Comércio Exterior, Sr. Carlos Alberto Pereira, que consideramos das mais infelizes, quando aquela autoridade representativa do nosso Estado, formulou um conceito estritamente racista para justificar o subdesenvolvimento brasileiro.

Não só deploramos uma interpretação com toda conotação ideológica e racial, mas a consideramos inteiramente equivocada para explicar os fenômenos econômicos do País. A condução dos rumos políticos e econômicos do País tem sido feita principalmente por brancos e os erros havidos, a estes devem ser debitados. As classes oriundas do continente africano têm sido muito mais vítimas do processo iníquo que se implantou e que hoje vemos com tristeza que conta com um aliado e defensor na pessoa do primeiro mandatário das nossas classes conservadoras que, estou inteiramente seguro, não comunga com essa mesma linha de pensamento.

Deixo aqui, pois, neste dia de tão admirável reminiscência histórica que tanto nos orgulha, também este nosso protesto pelo insólito pronunciamento daquele empresário que tão larga projeção desfruta por sua dinâmica atuação no importante setor de suas múltiplas atividades.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A notícia de um atentado, hoje, contra Sua Santidade o Papa João Paulo II deixou a Bancada de nosso partido, o PMDB, indignada diante da violência, diante do fato que demonstra, mais uma vez, a insanidade de grupos que buscam nesse tipo de ação sua forma de intervenção na vida social e política.

Temos certeza de que o mundo não irá melhorar com este tipo de comportamento. Renegamos toda a forma de violência, de terrorismo, que busca na eliminação física dos adversários a forma de eliminar suas idéias.

Uma concepção estreita, uma concepção tão minúscula como é minúscula a dignidade daqueles que fazem do atentado terrorista, sua escolha. E quem assim o faz são aqueles que não podem contar com o apoio e a sustentação das massas, do povo. Recorrem ao ato isolado, individual, ao assassinato, para vencer idéias, posições.

Estamos pedindo pela vida e saúde do Papa João Paulo II, que ainda há pouco tempo visitou nosso Estado e aqui pregou a opção pela Justiça e pelos pobres. Hoje ele sofreu o mesmo tipo de atentado que naqueles dias foram realizados contra homens como Dalmo Dallaria que iam justamente conversar com o Papa.

O Papa quando sofreu este atentado era também como todos aqueles que vêm sendo vítimas da irracionalidade política, da ação covarde, dos assassinos, muitas vezes sob o manto protetor de Estados ditatoriais. Nós, do PMDB estamos contristados. E denunciemos aqui nossa esperança, sempre tão característica no Papa João Paulo II, de que ainda teremos um futuro onde não exista lugar para o assassino político, para o terrorista que se protege na impunidade. E teremos lugar para os homens de boa vontade, para os que fizerem a opção pelos pobres, pela construção de uma sociedade melhor e mais justa.

Sr. Presidente, pretendemos, nesta oportunidade, comunicar à Mesa, que iremos entregar um requerimento de manifestação de solidariedade e desejo de pronto restabelecimento à Sua Santidade o Papa João Paulo II, o qual pedimos a prioridade para a sua apreciação e aprovação, cujo requerimento deverá ser encaminhado à anunciatura apostólica em Brasília.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Edilson Alencar) Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falávamos ontem no Pequeno Expediente que voltaríamos a esta tribuna para tecer considerações sobre o problema dos colonos expropriados pela usina Binacional Itaipu.

E por dever de ofício, Sr. Presidente, e de consciência, temos que deixar registrado, nos Anais desta Casa, o último documento dos expropriados acampados à margem da BR-277, do chamado Movimento Justiça e Terra, "O Preço da Paz" e que neste último sábado, dia 09, resolveram desativar o acampamento e voltar às suas casas, depois de uma grande assembléia realizada para analisar a resposta da Binacional Itaipu com relação às suas pretensões e também com relação aos preços encontrados pelo levantamento feito através do ITC, pela Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná.

Estes agricultores, reunidos, e através da Comissão, com auxílio também de pequena parcela de Deputados, de alguns setores da sociedade, houveram por bem fazer um

documento endereçado à opinião pública.

Diz o documento:

(Lê)

"Depois de 5 anos de lutas contra as mais variadas formas de injustiça cometidas por Itaipu em seu processo desapropriatório, faltando ainda cerca de 40 por cento dos proprietários a serem indenizados e esgotadas todas as outras formas de negociação, empreendemos uma manifestação corajosa decidindo acampar por tempo indeterminado em frente ao canteiro de obras da empresa em Foz do Iguaçu.

A decisão foi tomada democraticamente depois de sucessivas reuniões em pequenos grupos e, finalmente, numa assembléia geral realizada em Itacorá no dia 16 de março de 1981.

As apreensões e angústias entre nós, eram fortes, preocupantes. Eram muitas as promessas assumidas por Itaipu em função de nossas lutas anteriores, mas permaneciam não cumpridas apesar de esgotados todos os prazos estabelecidos de comum acordo.

Demoras e atrasos nas indenizações face à urgência da desocupação da área e à necessidade de reassentamento estavam causando desespero entre nós. Percebiam-se inclusive sintomas de que alguns poderiam partir para indesejáveis atos de violência à medida em que se sentiam desprotegidos e isolados. Era preciso garantirmos o caráter pacífico da nossa resistência, como sempre tem sido, o que não poderia ser garantido sem nossa organização e luta.

Os preços que Itaipu vinha pagando eram injustos para aquisição de novas terras, conforme ficou provado pelas conquistas do nosso movimento.

Uma variedade grande de pendências estava a exigir uma tomada de posição enérgica para sensibilizar de uma vez por todas as autoridades e a população e, assim, forçar soluções inadiáveis.

Ao realizarmos a demonstração que ora encerramos, tínhamos por objetivo resolver essa situação aflitiva, desfavorável a nós e à Itaipu. E resumo, buscamos conseguir o pagamento a preço justo dos nossos bens desapropriados, pagamento imediato e garantias para nosso reassentamento em condições que não significassem um retrocesso em nossas vidas.

Os que acompanharam nossa luta sabem das dificuldades que tivemos, desde a precariedade de nossas instalações nas barracas improvisadas à beira de uma estrada, até o tratamento a nós dispensado pelas autoridades da Itaipu e outras, que deveriam ter-nos ajudado e não o fizeram. Basta lembrar a forma vergonhosa como fomos recebidos quando chegamos a Foz do Iguaçu — pelas armas da Empresa e da Polícia Militar.

O pior, porém, foi a desconsideração e o silêncio com que fomos tratados pelos únicos culpados do gesto que fomos forçados a adotar.

Somente depois de 4 dias de acampamento, pressões de toda ordem vindas de todas as partes, Itaipu se dignou a nos receber para buscarmos soluções. A empresa limitou-se a algumas notas nada convincentes e às vezes revoltantes, divulgadas pela imprensa e altíssimos custos com o objetivo de nos desmoralizar e esvaziar. Tentou também realizar acordos com companheiros nossos que não estavam acampados, com o objetivo de convencer a opinião pública de que os errados éramos nós.

A falta de disposição para o diálogo franco por parte de Itaipu foi, seguramente, o fato mais lamentável de todos, pois, não fosse assim, a solução poderia ter sido encontrada rapidamente, e nós não teríamos sofrido tanto.

A caminhada até a vitória foi árdua, mas compensadora. Se encontramos teimosia e inflexibilidade por um lado, por outro podemos nos jubilar pelo maciço apoio e pela solidariedade gratificante vinda de todas as partes.

Foi preciso a intervenção da Secretaria da Agricultura



do Paraná e do Governador para que fosse rompido o isolamento em que Itaipu queria nos deixar.

Itaipu somente nos recebeu informalmente uma vez, no dia 28 de abril, em Curitiba, e oficialmente, ontem, em Foz do Iguaçu. Antes disso, apenas admitiu conversar com dom Olívio Aurélio Fazza, bispo da Diocese de Foz do Iguaçu. A atuação de dom Olívio tem sido de inestimável valor para nós.

Nessas condições, podemos hoje desmobilizar o acampamento por que ostentamos a seguinte lista de

#### VITÓRIAS

1 — Acampamento de 54 dias, conseguido através da união e organização.

2 — Nosso Movimento provou de modo irrefutável que Itaipu vinha pagando preços injustos. O ITC pesquisou os preços de terras na região e, num trabalho confiável, comprovou o que nós afirmávamos. A empresa pretendia pagar 290 mil cruzeiros por alqueire de terra nua de 1.<sup>a</sup> classe, e o ITC provou que o preço de mercado era de 491 mil cruzeiros (em abril). Hoje, Itaipu aceita pagar 470 mil, o que representa um aumento de 62% sobre o que pagava antes de nosso movimento. Estes aumentos foram conquistados por etapas de 20% no dia 20 de março e de 31% na noite de ontem.

3 — Este último, é fruto de termos conseguido antecipar o aumento que seria dado em junho próximo, e o programado para setembro será antecipado para agosto. Com a colaboração do ITC, estes futuros reajustes serão superiores aos que Itaipu normalmente concederia.

4 — Obtivemos também um aumento de 62% no valor das benfeitorias, e mais de 100% no das chácaras (a partir de outubro).

5 — Garantimos o reassentamento de uma parte de posseiros e arrendatários em Arapoti, Bom Jesus da Lapa (BA) e no Acre.

6 — Promessa de Itaipu de realizar o pagamento imediato com prioridade para os acampados.

7 — Outras conquistas: Indenização de redes elétricas e estradas (estas incluídas na classe de terra predominante na propriedade); titulação para áreas de documentação conflitiva ou indenizações por instrumento de cessão de direitos; pagamento de traslado para os que se deslocarem aos projetos de reassentamento dirigido; verba de compensação por perdas no comércio; permanência na propriedade, prorrogada de 31 de dezembro de 81 para 30 de abril de 82.

8 — Enfim, provamos mais uma vez que o agricultor unido e consciente tem muita força, e vence.

#### POR QUE VENCEMOS

1 — Tivemos muita coragem, perseverança, união, solidariedade, paciência, persistência, organização e ajuda.

2 — Tivemos valioso assessoramento da Comissão Pastoral da Terra, Comissão de Justiça e Paz, Diocese de Foz do Iguaçu.

3 — Recebemos o apoio de alguns Deputados.

4 — Recebemos o apoio e a solidariedade das Igrejas (Católica, Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e outras igrejas), da Regional Sul II, da CNBB; de centenas de personalidades e entidades nacionais, em particular de outras lutas de agricultores; da imprensa nacional e paraguaia; enfim, de tantos que ajudaram material e moralmente o acampamento. Ficamos muito agradecidos a todos.

#### VOLTAMOS MAIS FORTES

Regressamos a nossos lares, que já não são nossos, e de lá continuaremos nossa luta até o final deste drama que vivemos. Esta foi uma etapa. Estaremos sempre prontos para repetir nossos protestos sempre que a isso formos forçados por Itaipu e pelo Governo.

Saímos lamentando que o Governo do Estado do Paraná tenha recusado sugestão do ITC no sentido de liberar recursos para compra de um estoque de terras regularizador de mercado

e estabilizador de preços.

Não tememos as ameaças de Itaipu de ajuizar as desapropriações dos que resistem, pois lá teremos chances de defesa, e não seremos mais obrigados a aceitar imposições unilaterais.

**O MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA CONTINUA. ELE SÓ ACABARÁ COM O ÚLTIMO AGRICULTOR INDENIZADO!**

**AGRICULTOR UNIDO E ORGANIZADO JAMAIS SERÁ VENCIDO!**

**O PREÇO DA PAZ: JUSTIÇA E TERRA!**

Foz do Iguaçu (PR), em 09 de maio de 1.981.

a) ORESTES JOSÉ GASPERINI,  
pelo MOVIMENTO JUSTIÇA E TERRA.

Sr. Presidente, a luta dos trabalhadores, neste País, tem sido um constante em todos os níveis e categorias de trabalho. Haja visto aqui no Paraná, recentemente, a mobilização feita pelos agricultores, de um modo geral, de um modo mais globalizado, na conquista do problema das Notas Promissórias Rurais, e não fosse o movimento deflagrado aqui no Paraná, a exemplo do que se vinha fazendo no Rio Grande do Sul, o endosso da Nota Promissória Rural não teria sido revogado através de projeto de lei que, diga-se de passagem, em dois turnos foram apresentados por representantes do Partido de Oposição e se ele saiu, saiu graças ao trabalho de um dos Senadores mais ilustres do Senado Federal, o nosso eminente Senador José Richa, que uma contribuição muito grandiosa para a economia paranaense, sobretudo para os agricultores do Estado do Paraná. Acima desse movimento ou posteriormente a esse movimento, iniciou-se também uma grande mobilização já no Município de Santa Helena, pelos próprios agricultores de Itaipu, que reivindicavam, no ano passado, em 1.980, uma posição justa e coerente do Governo, deste mesmo Governo que tanto propala o interesse de zelar pela paz pública e para preservação dos direitos e garantias individuais.

**O Sr. Gernote Kirinas —** Vossa Excelência me concede um aparte?

**O SR. FIDELCINO TOLENTINO —** Em seguida, nobre Deputado.

Fora deste movimento veio então o problema do tempo, do espaço e, sobretudo, os minguados preços de sufoco que o próprio Governo vinha deixando e permitindo com a sua indiscutível omissão a Itaipu pagar os expropriados.

Foi preciso que, mais uma vez, este movimento se reorganizasse e entrasse novamente em conflito com a Binacional Itaipu, mais intermediando esse movimento, Sr. Presidente, é de se lembrar do memorável contingente de esforços desenvolvido no Sudoeste através da mobilização de todos os suinocultores do Estado do Paraná e muitos dos quais, do próprio Rio Grande do Sul, para que o Governo, através do Ministro da Agricultura, pudesse reajustar um pouquinho do preço básico para o comércio de suínos.

Afora esse movimento, outros vários movimentos já tivemos, principalmente na região Oeste do Paraná: o movimento dos transportadores buscando um melhor preço de frete para os carretos no transporte das safras agrícolas e eu quero fazer aqui uma lembrança, Sr. Presidente, quando as empresas que detêm o monopólio dos transportes coletivos urbanos, desejam fazer um aumento de preços, o próprio Governo vem em sua defesa.

Entretanto, para os transportadores de produtos, os chamados caminhoneiros, agregados em sindicatos de trabalhadores dessa categoria, o Governo do Estado e o Governo Federal fazem questão de não atender as suas reivindicações e quando busca uma reivindicação de preço justo, o Governo se distancia e coloca o próprio Estado contra o interesse dessa categoria e o

exemplo está aí, Sr. Presidente.

Recentemente, o aumento exagerado dos transportes coletivos em todo o Brasil, de todos os preços de passagens no País, e o que foi dado para os transportadores, para os caminhoneiros, Sr. Presidente?

O que se verifica para com eles, é o aumento da gasolina, do óleo diesel, das peças e também dos veículos que tiveram 40% de aumento nesses primeiros quatro meses do ano.

Na verdade, o País e o povo deste País precisam entender o Governo jamais faz uma concessão às classes trabalhadoras e falava hoje o eminente Deputado David Cheriegate da libertação dos escravos ou do memorável 13 de maio de 1888. Que liberdade têm os escravos de hoje ainda, Sr. Presidente, e falo em nome principalmente dos agricultores injustiçados, em cujo meio temos todas as mesclas de raças, de origens e de etnias. Ainda hoje, houve uma mobilização através da voz mais legítima de reivindicação no País, os estudantes, que fizeram uma passeata em sinal de protesto contra a proibição, contra a penetração de uma moça de cor numa determinada sociedade de Curitiba.

É de se indagar, Sr. Presidente, que País realmente nós estamos vivendo? Que País nós queremos ter para o futuro dos nossos filhos?

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, gostaria de voltar neste aparte ao que os agricultores têm dito em seu próprio documento, frisando principalmente, que saímos lamentando que o Governo do Estado do Paraná tenha recusado a sugestão do ITC no sentido de liberar recursos para compra de estoques de terras, que serviria de regulador de mercado.

Realmente, os agricultores de Itaipu viram durante 5 anos, com exceção deste último episódio, quando o Governo do Estado do Paraná cruzaram os braços. E como conseguiram? Através de pressão, através de pedidos veementes dirigindo-se aqui, à Capital, solicitando que o Governador os socorresse, aplaudiram o Governo do Estado quando ele descruzou os braços e indicou o ITC para socorrê-los. Mas, volta a cruzar os braços, no exato momento de encaminhar a solução, nobre Deputado.

Quando o ITC mesmo apontou que se é necessário 900 milhões de cruzeiros para que se adquirisse uma área regularizadora de mercado, do contrário, o trabalho do ITC não valeria nada. O Governo do Estado volta a cruzar os braços. Será que por falta de verbas? Creio que não. São manchetes e manchetes de jornais falando em bilhões e bilhões de cruzeiros, falando no balanço estadual que teve um "superavit" de 2,3 milhões de cruzeiros, falando de uma receita do Estado que cresceu em 8,5 milhões de cruzeiros, e os agricultores tem que admitir um governo de braços cruzados com a reclamação de posse de terra. E pior, nobre Deputado, o próprio Governo do Estado abandona o ITC, o órgão que fez um trabalho excelentíssimo, um trabalho criterioso, abandona o ITC e deixa passar por mentiroso perante Itaipu, porque Itaipu disse que o trabalho do ITC tinha erros fundamentais e o próprio Joaquim Severino, confirmou que defendia tecnicamente e cientificamente o trabalho do ITC. Não admitindo os 491 mil e sim, reduzindo a 470 mil cruzeiros.

Na hora crítica, na hora do valer, na hora exata, o Governo volta a cruzar os braços. Parece que o Governo do Estado estava só querendo os aplausos iniciais dos agricultores para depois voltar a cruzar os braços. E quando nós da Oposição, nobre Deputado, criticamos, somos acusados de demagogos, de negativistas. Quando aponstamos soluções, quando apoiamos soluções como essas apontadas pelo ITC não somos ouvidos, porque aí está um requerimento que, já desde o dia 30 de abril, está para pedir o apoio desta Casa, que o Governador se digne a liberar essas verbas, esses recursos para o ITC para poder regular o mercado do preço alcançado pelos agricultores.

E quando apoiamos iniciativas que parecem ser sérias, somos profundamente decepcionados. E não só no episódio de

Itaipu, como também fomos decepcionados nós do PMDB, quando apoiamos o Presidente da República para o combate ao terrorismo e ele vem a público, simplesmente com evasivas, com desculpas de que é difícil identificar os terroristas. Assim também procedeu o Governo do Estado do Paraná, no caso de Itaipu. Recebeu o ITC o apoio da Oposição, mas este apoio só produziu para nós, decepção, porque nem o próprio Governo do Estado esteve pronto para atender os agricultores naquilo que era mais fundamental, que seria garantir o seu reassentamento aqui no Paraná através da liberação desses recursos. E recursos há, nobre Deputado, recursos há, como já dizem as manchetes de jornais todos os dias, nos dizem que há recursos. Ou será que estas manchetes de jornais são apenas para propaganda política do futuro candidato ao Senado, do Paraná? Seria este o meu aparte, nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Muito obrigado a Vossa Excelência que veio enriquecer esta posição deste Deputado na tribuna e testemunhar também os fatos...

O Sr. Quilse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concederei a Vossa Excelência logo mais... os fatos verdadeiros que estão ocorrendo no Estado do Paraná.

Realmente, iria agora, no andamento deste modesto posicionamento que assumo desta tribuna, fazer considerações sobre esta situação financeira e, sobretudo, a situação de administração do Governo no Estado do Paraná. O exemplo de que a Oposição não sabe simplesmente contestar na palavra oficial. Todas as medidas justas e coerentes que o Governo possa tomar com relação ao benefício não só da ordem pública, mas do bem comum, a Oposição nunca faltou com o seu apoio. Disse muito bem Vossa Excelência, o apoio dado ao Governo Figueiredo.

Mas, sobretudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer o seguinte, que o ITC e a Secretaria da Agricultura receberam todo o apoio que uma Oposição já deve ter dado no Estado do Paraná, durante toda a sua História. Através de um pedido feito do Governador do Estado à sua Secretaria de Estado, a Secretaria de Agricultura, mobilizou-se uma gama considerável de técnicos do mais alto nível deste Estado. E o que o Governo fez?

Aqui vai a expressão de indignação da Oposição que represento. A própria Secretaria de Agricultura, em determinado desenvolvimento das conversações, nem sequer permitiu a penetração, a entrada de Deputados oposicionistas durante a passagem destes agricultores aqui na Capital. Na ocasião do diálogo com a Itaipu, foram barrados os Srs. Deputados, para não penetrarem na sala das conversações da Binacional, escritório de Curitiba.

Concluo dizendo o seguinte...

O Sr. Quilse Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... O Governo, ao que nos parece, só tem interesse de proteger até o ponto em que haja um benefício de natureza política. Estejam certos, eminentes Srs. Deputados, apesar da acanhada consideração feita no documento dos agricultores, estes, não temos dúvida nenhuma, no dia da consulta e do plebiscito que se fará, que se conferirá neste Estado, haverão de dar a resposta que não só o Governo do Paraná merece, mas o próprio Governo da República que tem tratado com descaso todos os problemas de natureza política, de natureza econômica, de natureza popular deste País.

Tenho certeza também de que, no Estado do Paraná, não está faltando verbas para fazer aquisição de terras para buscar um melhor nível de preço de mercado; porque se assim não fosse, o Governo através do Secretário de Finanças, não teria declarado que há um excesso na arrecadação na ordem de quase três bilhões de cruzeiros. E para o controle do preço

de mercado de terras, não haveria necessidade de se levantar ou de se alocar recursos superiores a novecentos milhões de cruzeiros.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Ai fica, Sr. Presidente, a posição do PMDB, agradecendo, também, a adesão dos demais Partidos de Oposição, no conflito existente entre a ITAIPU e os agricultores.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Lamento, Deputado, por exigüidade de tempo.

Já soava a campainha, o Sr. Presidente, quando Vossa Excelência pediu o aparte. Concedo 30 segundos, se a Presidência me permitir.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Agradeço a oportunidade, só para dizer, rapidamente, já que o tempo não permite, que é de se estranhar o pronunciamento a parte ao seu, paralelo ao seu, do Deputado Gernote Kirinus, quando parabenizava a Fundação ITC, dizendo que o Governador, cruzando os braços, repassava para o ITC, uma responsabilidade do Governo.

Quem não conhece a estrutura do Estado, não conhece a organização administrativa, o organograma administrativo do Paraná, pode pensar que a Fundação ITC é uma ordem PMdebista, ou de Oposição, porque parabeniza-se o ITC.

O SR. GERNOTE KIRINUS (Pela ordem) — Gostaria de solicitar, unicamente, as notas taquigráficas do meu pronunciamento, do meu aparte ...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Não vejo motivo regimental para ser interrompido.

Só posso ser interrompido regimentalmente. Não vejo motivo regimental para que eu seja interrompido.

Gostaria de saber o artigo do Regimento Interno que estou infringindo, para ser interrompido pela ordem.

Só posso ser interrompido, pela ordem, baseado no Regimento Interno. Não vejo infração minha, no Regimento Interno, para ser interrompido.

O SR. GERNOTE KIRINIS — (Pela ordem) — Para solicitar as notas taquigráficas do meu aparte, para poder informar ao nobre Deputado que eu não afirmei nada do que ele falou.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrado o horário de Vossa Excelência na tribuna.

A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso de seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O próprio Secretário Saul Raiz tomou a iniciativa de desmascarar a farsa.

Afirmou ontem que pretende capitalizar politicamente para o PDS todas as vantagens da distribuição de recursos às prefeituras.

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já não há

qualquer constrangimento do Governador ao reconhecer que faz coisas públicas, do interesse social, da administração estadual, instrumentos de sua política eleitoral.

O Governador de fato é candidato a governador de direito, Sr. Saul Raiz, reconhece a prática ilícita do ponto de vista dos princípios mais reconhecidos da vida democrática.

Não se peja em afirmar que usa as verbas públicas como forma de reforçar a presença de seu partido, o PDS.

E dele próprio, candidato ao governo. A administração em causa própria se põe, portanto, acima dos interesses sociais mais amplos.

E que o faz não se envergonha de afirmá-lo publicamente porque habituado a essa política em tantos anos de arbítrio, pensa que os vícios já se incorporaram ao padrão de valores de nossa sociedade, tão corrompida por essa mesma concepção de governo.

A afirmação do secretário-governador Saul Raiz nos faz pensar em algumas questões que parecem óbvias para os democratas mas, como vemos, não o são para aqueles que empalmaram o poder.

As verbas públicas são de uso de um partido?

Para os democratas, evidente que não. Para nós, as verbas públicas são recursos sociais a serem aplicados em benefício social, segundo a ética e o programa daqueles que estão no poder por delegação popular.

Recursos públicos a serem aplicados por aqueles que foram eleitos para aplicá-los em benefício público.

Para o Sr. Saul Raiz este princípio não está em vigor. Diz ele que o seu partido, o PDS, deve usufruir de todas as vantagens dos recursos que fluem através de sua secretaria.

Para ele, as verbas públicas se misturam como verba do partido.

É evidente que o Sr. Saul Raiz assim pensa porque é um administrador das coisas públicas sem ter sido delegado pelo povo para tanto.

Nunca foi eleito para qualquer função. É um dos políticos que alcançou altos postos na vida pública paranaense beneficiado pela ditadura, pela falta de eleições, pela nomeação que substituiu os eleitos pelo povo.

Se sempre exercer essas funções para defender interesses restritos, o Sr. Saul Raiz deve continuar pensando que isto é correto e nada melhor que beneficiar o seu partido, os seus interesses, inclusive pessoais, de ser governador.

Fica claro, portanto, que o dinheiro público, para o Sr. Saul Raiz, é a mesma coisa que dinheiro do PDS, dinheiro da campanha eleitoral, da corporação política para seu partido.

Segunda questão: a administração pública, o aparelho de Estado, devem ser confundidos com a máquina, a estrutura de um partido?

Para nós, democratas, é evidente que não. Aos democratas fica claro que confundir a máquina do Estado com um partido político e entrelaçar seus interesses e objetivos significa transformar e objetivos significa transformar esse Estado em Estado totalitário.

Não é exatamente isso que acontece no fascismo de Mussolini, no nazismo de Hitler, no Paraguai de hoje, do Sr. Stroessner.

Estes regimes atentam contra todos os princípios democráticos.

E nós, democratas do PMDB, repudiamos regimes desse tipo, cujos resultados foram tão nefastos para a humanidade.

Mas o Sr. Saul Raiz não pensa assim, como vemos em suas declarações de ontem à imprensa.

Pensa o Sr. Saul Raiz que é certo e lícito confundir os interesses de seu partido com uso da máquina administrativa. Talvez porque o Sr. Saul Raiz tenha em sua história de político nomeado exatamente a marca de quem sempre esteve

associado à defesa deste regime. Certamente, o Sr. Saul Raiz também deve estar entre aqueles que têm saudades dos tempos de Médici, quando a homens como ele eram asseguradas as nomeações e não se colocava o risco da derrota eleitoral.

Época em que os interesses políticos se confundiam com a ação do Estado que se dava da forma mais violenta possível contra os inimigos desse mesmo regime.

Terceira questão, as verbas públicas aplicadas pelo governo não devem sofrer a apreciação daqueles que receberam delegação popular para no Legislativo cumprir esse papel?

Para nós, democratas do PMDB, nenhuma verba pública deveria ser aplicada sem passar pelo crivo do Parlamento. Nenhum projeto do Executivo poderia ser realizado sem o prévio assentimento deste Poder.

Este é um princípio básico do regime democrático. A autonomia e vigência das prerrogativas dos Poderes constitucionalmente existindo. Sem o que, o Executivo passa a agir sem controle crítico da sociedade e a administrar em favor de interesses restritos, normalmente em favor até pessoal daqueles que estão no poder.

Para o Sr. Saul Raiz, ora no exercício de fato do Governo do Estado, tal a omissão do Governador nomeado. Esta é outra desvantagem da democracia. Ter que prestar contas.

Prefere ele prestar contas ao seu partido e ao grupo político que representa.

Prefere afirmar à imprensa que orienta sua ação administrativa segundo os interesses do PDS.

A este Legislativo ele não presta contas, não diz onde aplica recursos, não explica que critérios são esses da valorização dos comandos políticos do PDS para construir obras municipais.

Está de acordo com este regime que retirou do Legislativo suas prerrogativas, faz deste Poder um poder castrado, decorativo, cuja principal função hoje é ainda servir de tribuna para a oposição denunciar exatamente atitudes como esta do Sr. Saul Raiz.

Nós do PMDB sabemos que teremos ainda que muito lutar para reconquistar as condições de vigência plena da democracia em nossa sociedade.

E que apenas quando conquistamos estas condições estarão afastados os riscos de termos como governantes homens como o Sr. Saul Raiz que denunciam suas posições tão antipopulares, tão antidemocráticas, com a maior desfaçatez.

Escarneando da situação precária que hoje enfrentam milhões de paranaenses, vítimas de uma política aplicada dessa forma e com os propósitos mais vis.

As sensíveis e fariseus deste regime sempre agem em defesa do homem como Saul Raiz.

Com isso, pensam que estão defendendo da melhor forma seus privilégios.

Esquecem que a opinião popular desenvolveu-se muito nestes últimos anos.

E que está farto de se ver submetido à direção política de homens como o Sr. Saul Raiz.

O que caracteriza a presente realidade brasileira é a carência de um sistema de instituições políticas capacitadas para enfrentar os problemas decorrentes do próprio esforço de desenvolvimento.

Instituições que foram derruídas pelo próprio regime, como parte de sua consolidação.

É incrível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que isto ocorra.

E não são apenas os democratas do PMDB que são atingidos pelas declarações do Sr. Saul Raiz, mas este próprio Poder, tão denegrado pela presença de homens públicos nomeados que não se sentem na obrigação de prestar contas a ninguém, a não ser ao seu chefe, ao seu partido, o que quer dizer o mesmo.

Muito obrigado.

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

Nobre Deputado, pena que agora Vossa Excelência já reconhecendo que o atual Governo não tem defeitos que outros que o antecederam tinham, eu tive que receber a oportunidade de fazer uso da palavra, mas só para dizer de que naturalmente o Secretário Saul Raiz não vem desempenhando bem o seu papel para a Oposição e isso me deixa na condição de membro de um Partido que tem o Governador do Estado, me deixa muito satisfeito, porque evidentemente nós estamos numa Casa de debates, onde o insucesso do Governo é o sucesso da Oposição e nós muitas vezes já tivemos insucessos no Governo.

Nós vimos já nas urnas a repercussão de governos tumultuados da ARENA e tememos, tememos que um dia esse fato venha se repetir.

Mas, ao analisarmos a preocupação de um parlamentar dinâmico como Vossa Excelência, Líder da maior bancada de Oposição nesta Casa, a preocupação sua dirigida para uma atividade governamental, onde tem, sob a direção do Sr. Secretário Saul Raiz, para nós, muito nos desvanece, porque vemos que aí a Oposição está sangrando.

É evidente que o sucesso de uma boa administração os argumentos da oposição perecem e na pasta sob a direção do Secretário Saul Raiz, nós vemos todos os anseios do Paraná atendidos, porque não é o Governo do Estado que está planejando o emprego de verbas e sim, dentro de uma norma tão defendida nesta Casa pelos parlamentares da Oposição que se dessem aos prefeitos que são os maiores e melhores conhecedores dos problemas dos municípios, dessem a eles maiores recursos, então hoje, através da Pasta de Assistência aos Municípios, o Governo está indiretamente, Sr. Deputado, atendendo a um reclamo até da Oposição, dando aos prefeitos para que a eles e sob a égide e direção e planejamento municipais, façam-se as aplicações dessas verbas e, diga-se de passagem, e ontem nós ouvimos pela imprensa, alguns oradores que desfilarão pela tribuna desta Casa, dizer de distribuições discriminatórias.

Vossa Excelência me permita no seu pronunciamento fazer uma correção: essas verbas estão sendo distribuídas para todos os prefeitos do Paraná e todos os prefeitos, cada um de per si, está fazendo a sua aplicação, ao seu modo, até mesmo os prefeitos do PMDB.

Então Vossa Excelência, só para fazer um pequeno reparo, e para dizer de que o seu pronunciamento naturalmente promete melhorar daqui para a frente, porque já vem melhorando, dizendo que este Governo já está fazendo muito melhor e mais do que os outros Governos, naturalmente, que iniciaram a Revolução brasileira.

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — É que nós particularmente não temos nenhuma saudade das épocas do Governo Médici, seus seguidores e bajuladores.

Mas, dizia Vossa Excelência, quero comentar e continuar o meu pronunciamento, que encontrou a sangria da Oposição.

Parece-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é exatamente o contrário. Parece-me que o Governo, vendo a sua sangria desatada, buscou num curativo político lá em São Paulo, a solução que não é Saul Raiz, como o problema é estrutural, como o problema é o "neismo" de vinte anos.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Oposição reclama a seriedade, o critério que deve manter a condução de qualquer atividade política, porque quando um Secretário diz que usará de toda a sua força para usufruir as vantagens ao partido que

pertence, isso na minha concepção e parece que é uma visão muito científica e clara, é qualquer coisa menos política.

Ninguém sabe neste Estado, na distribuição de cheques por aí, quais são os critérios administrativos para sua aplicação. Alguém sabe, Sr. Presidente? Alguém sabe, quais são as prioridades atendidas? Alguém sabe qual o planejamento e qual a prioridade primeira que está sendo colocada em jogo?

Desafio quem saiba, Sr. Presidente. Tem o aparte o Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O Sr. Gabriel Sampaio — Meu caro Deputado Nelson Friedrich,

Líder do PMDB, que hoje investe a sua verba e a sua capacidade de tribuno, contra um dos homens que compõe a equipe de Ney Braga, que é o Sr. Saul Raiz. Em primeiro lugar, Deputado, Vossa Excelência está teorizando o problema dentro do papel que lhe cabe nesse Parlamento como homem de oposição. Porque, eu não entendo em teoria política, como é que pode uma corrente política, filiada a um partido político que conquista o poder, venha a se desvencilhar dele após conquista desse poder. Eu, absolutamente, não entendo a sua lógica e eu, na minha concepção, e respeito a sua opinião, qual é a lógica que Vossa Excelência adota, para achar que quando o homem partidário e político chega ao poder, ele abomina e abandona aquela linha política que o conduziu até lá, para, então, ser um árbitro ou coisa que o valha que nós sempre abominamos dentro da tecnocracia brasileira instalada com a Resolução de 64.

Em primeiro lugar. Em segundo lugar Deputado Nelson Friedrich, esse aspecto administrativo das verbas públicas aplicadas, não interessa a Vossa Excelência. Absolutamente não interessa. Se Vossa Excelência está preocupado com isso, é porque está incomodando as pretensões políticas de Vossa Excelência e de seu Partido. Esse é o principal ponto Deputado, porque as verbas são aplicadas de acordo com a utilização pública, de acordo com a necessidade pública, de acordo com a necessidade pública. Haverá um crivo do Tribunal de Contas do Estado e, posteriormente, virá a essa Assembléia para ser homologado essas contas. Esta aplicação não é cheque feito contra banco sacado, para prefeito, para vereador ou para homem, como Vossa Excelência falou de comando político, para aplicar no que quiser, é em benefício do povo, Deputado. E Vossa Excelência sabe disso.

Vossa Excelência está aí...

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Vossa Excelência tem um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria que Vossa Excelência concluísse.

O Sr. Gabriel Sampaio — Vou deixar o tempo, porque Vossa Excelência que tem a palavra. Somente dizendo isso Deputado, nós não aceitamos aqui, inclusive, o dado importante que é o terceiro ponto que eu já abordei, são as insinuações maldosas nas entrelinhas. De que verbas seriam também para proveito pessoal. Nós não aceitamos essa insinuação, Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Não é insinuação, Vossa Excelência está enganado, é afirmação categórica.

O Sr. Gabriel Sampaio — Traga-as com provas reais, porque não aceitamos insinuações maldosas da tribuna.

Agradeço.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que nós não estamos teorizando. A nossa lógica é a lógica dos critérios democráticos. Porque utilizar a máquina pública para interesses de grupos, de partido ou pessoal, é na verdade, negar a democracia. Porque aqui o Poder Público não foi feito para exploração de interesses pessoais.

Quero concluir tão somente porque voltaremos a este assunto que realmente mexe com a ferida cancerígena que existe no corpo político deste Estado.

Voltaremos, não por interesses pessoais. Não porque estamos incomodando. Saul Raiz está incomodando é o Paraná,

pela inabilidade de ter critérios da administração pública, por ser biônico, por não visualizar a política como uma coisa séria, correta, não como politicagem. O Poder Público tem que estar a serviço de todos os interesses de um Estado, não de uma minoria, nem de um partido. Queremos uma democracia correta e haveremos de dar lição. Princípios democráticos são científicos, não são teorizados aqui e agora. Princípios democráticos não são fabricados em almanaques de leitura particular. São princípios respeitados. Vamos respeitar, Sr. Presidente, os exemplos que a História nos dá.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso de seu horário. (Declina).

Tendo declinado, consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. (Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do Partido Democrático Social.

Com a palavra o nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia ocupar a tribuna nesta tarde, mas depois do pronunciamento que acabamos de ouvir, depois da notícia triste para todo o mundo, que foi o atentado contra a Sua Santidade, dá para se notar que ninguém consegue mais satisfazer a humanidade. Não existe mais ninguém perfeito. Principalmente em se falando de governo. Nenhum governo, nenhum partido, conseguirão satisfazer a todos.

Reclamávamos nós dos tecnocratas, das dificuldades para atender uma administração, das dificuldades porque passavam os municípios e que ainda passam, da necessidade de uma Reforma Tributária. Quanto aplaudíamos o ex-Presidente e o grande estadista Castelo Branco que procurou concentrar e valorizar mais o municipalismo. Estávamos vendo os Prefeitos encontrando dificuldades em atender as necessidades prioritárias de seus municípios.

Preocupado, o Governador Ney Braga com esta situação, vendo e não cabendo a ele esta Reforma Tributária, tentou através de seu Governo, solucionar ou amenizar o sofrimento destes administradores municipais, criando a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, desburocratizando, procurando ver de perto aqueles que atendem mais de perto as suas comunidades, que são os Prefeitos, que são os Vereadores, fazendo com que o recurso a fundo perdido seja entregue desburocratizado a cada município. E assim foi criada a Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios do Paraná, para que pudesse ouvir junto com os Prefeitos, verificar as suas prioridades e, dentre estas prioridades, apresentadas pelo Prefeito, fazer a liberação de recursos para aplicação em seus municípios. Tive oportunidade de ouvir de Prefeito da Oposição, que, dada a condição de sua população, dada a condição de sua área territorial, recebeu mais benefícios de que outro Prefeito vizinho. E este Prefeito afirmava: "É melhor ser da Oposição, do que da Situação, porque recebi mais verbas do que o meu município vizinho".

Esta é uma demonstração de que o Governo está procurando atender os municípios, sem visar o seu interesse pessoal.

Agora, se Saul Raiz está divulgando o que faz, quando tudo se debita, o que há de ruim, mesmo não tendo a participação do Governo, se debita ao Governo, até os acontecimentos fora do nosso Estado, exigindo que o Governo esteja acompanhando e faça pronunciamento favorável ou contra, como cobraram há poucos dias, o pronunciamento do Governador Ney Braga, sobre o atentado do Rio-Centro.

É óbvio que todo brasileiro de bom-senso, principalmente aqueles que estão na vida pública, não poderão apoiar de forma alguma, uma medida como esta, e quem não sabe que a

posição de Ney Braga é contrária a esses atentados. Desnecessário seria, até, qualquer pronunciamento.

E, agora, Saul Raiz, que ao levar o recurso e entregar a cada Município, tem procurado divulgar, é preciso que divulgue; o que talvez a Oposição quer é que aqueles tecnocratas que montam os esquemas, os projetos, e liberam os recursos, sem divulgação, sem que o povo tome conhecimento.

Mas, Saul Raiz está fazendo, entregando e divulgando, para que o povo analise se o recurso distribuído a este ou aquele Município está correto ou não está. Mas, está indo, também, pessoalmente, verificar o andamento de cada obra.

Se isto é fazer política, eu gostaria que todos os Secretários fossem políticos, que todos os Secretários estivessem pleiteando uma cadeira nesta Assembléia, ou na Câmara dos Deputados, porque assim os municípios seriam melhor atendidos. O Sr. **Quielse Crisóstomo** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, Vossa Excelência diz bem dos critérios que estão sendo adotados pelo Governo, através dessa pasta, no emprego do dinheiro público.

Porque, na hora da planificação, a secretaria oferece apenas um assessoramento aos municípios, e quero que os Srs. Deputados, a exemplo do que saiu da tribuna, há pouco, pela Oposição, acompanhem, como nós fazemos, esses critérios de emprego dessas verbas, em que Vereadores do PMDB, e de todos os Partidos da Oposição, comparecem junto com os Prefeitos, para fazerem as suas reivindicações, para dizerem do melhor emprego dessas verbas.

Quando o Deputado dizia que “desconhece o critério”, não significa que ninguém sabe dos critérios. Consultem os Srs. Parlamentares os Srs. Prefeitos da Oposição, os Srs. Vereadores da Oposição, que eles lhes dirão os critérios, que “este dinheiro está sendo empregado de acordo com a vontade dos verdadeiros representantes do povo do município”, que são os Vereadores de todos os partidos, e que são os Prefeitos.

E os Deputados acompanham aqueles que querem acompanhar, os que não querem, vêm à tribuna dizer que não sabem dos critérios. Só aprende, só sabe aquilo que lê. Aqueles que acompanham o trabalho do Governo. Não é da tribuna que o Deputado aprende sobre o Governo. Não é da tribuna que o Deputado aprende sobre emprego de verba de uma secretaria.

Eu gostaria que o trabalho parlamentar desta Casa fosse distribuído equanimemente, em todos os partidos. Mas, na realidade, é uma sobrecarga que nós temos, nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Nós representamos o nosso Partido e representamos os inertes da Oposição — não são todos — mas, os inertes da Oposição que não querem acompanhar o trabalho do Governo e que vêm, de público, da tribuna, declarar a sua ignorância.

Essa sobrecarga gostaríamos de dividir com os bons Parlamentares da Oposição, porque, a todos nós cabe essa tarefa. Não existe uma delegação de poderes a Deputados do Governo para acompanhar obras. Essa é uma tarefa inerente a todo o representante do povo, nesta Casa.

Apenas faço este aparte para dizer da oportunidade que Vossa Excelência faz uso da tribuna, nobre Deputado.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o brilhante aparte de Vossa Excelência, Deputado Quielse Crisóstomo. O Sr. **Darcy Deitos** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, evidentemente que nenhum homem público consciente pode ser contra verbas para obras públicas.

Agora, o PMDB do Paraná é contra a forma como se dá essa distribuição, através da Secretaria dos Municípios, pelo Sr. Saul Raiz, verbas a fundo perdido, cujo precedente nós bem conhecemos. Vossa Excelência é testemunha que, na legisla-

tura passada, Campo Mourão recebeu 10 milhões de cruzeiros da verba do Projeto Noroeste, para corrigir erosão. Denunciei isso aqui desta tribuna. Serviço de erosão não foi feito. Esse dinheiro foi repassado para a Empresa de Economia Mista do Município, para fazer asfalto que foi cobrado dos munícipes.

Isso vai ocorrer, como já está ocorrendo. Essa verba de fundo perdido é um caminho para desvios, um caminho para a corrupção, como bem demonstrou, aqui, o eminente companheiro José Domingos Scarpellini, com documento na mão, que uma verba de mais de 10 milhões de cruzeiros, para uma estrada específica, foi aplicada no “open market”.

Então veja Vossa Excelência que a nossa preocupação é essa: as verbas a fundo perdido é um caminho para a corrupção. E é contra essa forma que somos totalmente contrários.

E existe mais um ponto: a criação da Secretaria dos Municípios, colocando-se à sua frente o Sr. Saul Raiz, demonstrou a incapacidade do Secretariado do Sr. Ney Braga, nesses 20 e tantos meses de mandato.

Agradeço o aparte.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, lamento, mas não posso concordar com Vossa Excelência, o Projeto Noroeste não é o mesmo recurso do FNDU, é um recurso entregue a Fundo Perdido e necessita também de uma prestação de contas. Cabe aos Vereadores verificarem a aplicação desses recursos em seus municípios. Além disso, existe a fiscalização do Estado. Mas, os Vereadores também tem, por obrigação acompanhar essas aplicações.

E já que Vossa Excelência fez referência à Apucarana, ontem, por delicadeza...

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que lhe resta apenas um minuto para o término de sua oração.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Concluo, Sr. Presidente.

Ontem, por delicadeza, não quis voltar a apartear o nobre Deputado Waldyr Pugliesi, porque estaria fazendo um discurso paralelo, depois que o Deputado Scarpellini, num aparte, fez referência à Apucarana, que Apucarana também nada recebeu. Recebeu 10 milhões que se foram colocados em “open market”, cabe ao município esclarecer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Apucarana, quem a conhece, que verifique, hoje, o que foi feito, o Centro Social Urbano, o Aeroporto que está sendo construído, que deverá ser inaugurado agora em julho, as casas populares, a pavimentação gratuita que tem sido feita. E esse dinheiro, os 10 milhões é para construção das passarelas que irão possibilitar às famílias mais pobres, que têm que ultrapassar as vias de tráfego pesado e bastante volumoso, talvez se a CODAP aplicou este recurso não sei qual o critério da contratação dessa obra, mas tem um prazo para entrega desta obra, de acordo com a programação feita e não pode ser responsabilizado o Secretário, porque no próximo mês ele estará já visitando os municípios, para ver o andamento de cada obra em cada um dos municípios, para poder possibilitar a liberação de mais recursos.

Lamento não poder continuar, mas gostaria, porque quando se fala em municipalismo, quando fala na valorização do município, a gente sempre se entusiasma, porque quer ver melhores dias para cada uma das nossas comunas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício n.º 15/81, de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, Líder da Bancada do PMDB, indicando



os Srs. Deputados que comporão a Vice-Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 131/80, de autoria do Deputado ROSÁRIO PITELLI, que doa ao Município de Primeiro de Maio, o terreno que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 02/81, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Associação de Recuperação do Alcoólatra de Bandeirantes”, com sede e foro em Bandeirantes. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 03/81, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA, que declara de utilidade pública a “Associação de Recuperação de Alcoólatras de Pérola - ARA”, com sede e foro na Cidade de Pérola. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 15/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Obra Filantrópica das Irmãs Filhas da Cruz”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 01/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 02/81 (Mens. Govern. n.º 02/81), que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios que especifica, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 02/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 09/81 (Mens. Govern. n.º 07/81), que aprova o termo aditivo ao Ajuste de Cooperação Financeira celebrada entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Iporã, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia e Cadeia Pública da sede do referido município. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 03/81, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 10/81 (Mens. Govern. n.º 08/81), que aprova os convênios n.ºs 16/80 e 30/80, celebrados entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, com a intervenção da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR, objetivando a execução das obras de Controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 04/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 12/81 (Mens. Govern. n.º 13/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento e o Município de Curitiba, objetivando a execução de obras de desenvolvimento de infraestrutura urbana. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 05/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 13/81 (Mens. Govern. n.º 14/81), que aprova os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, com os municípios aqui nominados, visando a aplicação de recursos financeiros em obras de infraestrutura na área industrial. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 06/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 14/81 (Mens. Govern. n.º 15/81), que aprova os termos de Ajuste ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando a elaboração do Projeto “Estudos para uma Política de Desenvolvimento Industrial do Paraná” e do Projeto “Pesquisa Conjuntural do Comércio”. — **Em votação.** — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação)

30 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. — **Aprovado.**

**EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 07/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 15/81 (Mens. Govern. n.º 16/81), que aprova o Convênio de Cooperação n.º 01/81, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, e do Departamento Hidroviário da Secretaria dos Transportes, objetivando ligar as localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá, via transporte hidroviário. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, com o apoio dos Srs. Deputados Darcy Deitos e José Tavares, constante do expediente, solicitando votos de pronto restabelecimento, em nome desta Assembléia Legislativa, ao Papa João Paulo II, vítima de atentado. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Reverendíssimo Senhor Arcebispo Dom Pedro Fedalto, manifestando a consternação desta Casa, pelo atentado sofrido por Sua Santidade o Papa João Paulo II. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre a intensa publicidade do Estado em veículos de comunicação da rede privada. — **Em votação.**

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) Peço para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esse requerimento do ilustre Deputado Lineu Turra, procede por várias razões. Entendemos nós que a publicidade do Governo, tem alguns aspectos bem definidos. Em primeiro plano, a publicidade oficial é uma obrigação do Governo para com a coletividade. O Governo deve prestar contas de todos os seus atos exercidos em nome dos interesses da sociedade, não há dúvida. Porém, isso não é suficiente.

O Governo estaria obrigado política e moralmente a dizer quais são os problemas em causa, qual a avaliação que faz da situação e como responde aos interesses da maioria da sociedade.

Parece-nos, Sr. Presidente, muito evidente que a publicidade oficial não é uma concessão que faz o Governo, mas uma obrigação política e ética. Entretanto, e aí o ponto nosso de partida e também de chegada, há uma tendência de confundir certos deveres do Governo e a subverter a natureza e o caráter da comunicação e divulgação oficiais, e especialmente quando as atitudes democráticas são proscritas e se instauram em seu lugar as idéias e interesses de grupos e facções.

Ora, Sr. Presidente, uma das formas de contornar a obrigação governamental de informar a opinião pública, é a de substituir o quadro dos problemas enfrentados por estatísticas e comparações aleatórias, ou simples projeções e especulações, que entendemos é o que está acontecendo hoje.

De uns tempos para cá, passamos a conhecer. De um lado, a sociedade até espantada e confusa ver o Governo fazer campanha de conscientização, dizendo ao povo o que está acontecendo com ele, falando sobre as mazelas da sociedade, das iniciativas de indivíduos e grupos que o sistema mesmo criou. O Governo registra os problemas criados por ele mesmo e mistifica o povo sobre as responsabilidades, querendo eximir-se da autoria de medidas prejudiciais à vida social e atribuindo as soluções à coletividade indefesa. E de outro lado, o Governo vem jogando dados e informações desarticuladas dos problemas sociais e econômicos. Entendemos que aí está até o sentido demagógico de se valorizar e projetar politicamente, utilizando-se indevidamente dos cofres públicos pagos pelos contribuintes.

É o que estamos vendo agora e aí mais uma vez a procedência do requerimento do Deputado Lineu Turra. A mistura que está presente nas informações, remanescente, portanto, de uma demagogia e que são manipulados por técnicos e burocratas. O que será que quer dizer por exemplo: fizemos 20 mil ligações telefônicas, vacinamos 50 mil pessoas, distribuímos 200 mil merendas, construímos 500 mil metros quadrados, aplicamos 700 milhões, fizemos 300 km de estrada, nomeamos 5 mil professores, mudamos 60% da qualidade da água. Ditas estas coisas desta forma, é uma desinformação, uma mistificação política e social, porque não nos fornece ao mesmo tempo, o quadro das necessidades gerais, de como temos conseguido e de como estamos respondendo às necessidades e reivindicações da sociedade.

É esta uma prestação de contas ao povo? E aí uma diferença básica entre prestar contas, que é obrigação do Governo, política e moralmente, e a publicidade, a propaganda. Cremos nós que não é mais do que uma forma de promoção política e de fazer demagogia política com recursos do Tesouro.

No caso em foco, do Governo do Estado do Paraná e a sua publicidade, a sua propaganda, além desta grave distorção, ainda distorce os fatos fazendo um falso cotejo com a administração realizada por seu partido na gestão anterior.

Não é fácil a opinião pública entender o tipo de propaganda que está pagando para que o Governador Ney Braga seja exaltado como o homem ideal para dirigir o Paraná. Aliás, é bem provável que grande parte do povo não saiba que está pagando essa promoção do Sr. Ney Braga, que na verdade não lhe presta contas de nada.

Sr. Presidente, sentimos que o povo não sabe que esta promoção do Sr. Ney Braga, paga com seus tributos, está dirigida muito especialmente às elites políticas para que comparem o aparente imobilismo do Governador Ney Braga com o dinamismo do Sr. Jayme Canet Júnior.

É difícil o povo compreender os dados e a situação descrita na propaganda e naquelas vinhetas de “dois anos maravilhosos”. E, muito mais, compreender que o atual Governador deseja mostrar que é muito maior, mais capaz e mais dinâmico do que todos os seus antecessores.

Ora, Sr. Presidente, nesta batalha de promoção pessoal e mistificação política, o povo acaba sendo a grande vítima; e o Paraná, o financiador.

Torna-se necessário, Sr. Presidente, falar sobre a legitimidade e a legalidade do uso da propaganda, de parte do Governo.

O Governo tem o dever de informar e de prestar contas, não há dúvida.

O Governo não deve e não tem o direito de fazer propaganda promocional. Ele que é autor e causa das distorções político-sociais e deforma as instituições como expressões reais da dinâmica política e da sociedade auto-determinada.

O Governo deve divulgar seus programas e atos que constituam uma resposta às necessidades sociais; e divulgar, significa explicar.

Não é isto que estamos vendo.

O que vemos é mistificação política através de dados que não se referem às necessidades, incorporam pessoas, animais e coisas, benefícios diretos e indiretos, não falam da qualidade de serviços, nem de intermediários, e por vezes omitem custos reais. Na verdade, escondem mais do que revelam, porque o objetivo real não é revelar, é promover um aspecto e esconder outro; mostrar um dado brilhante, para obter um lucro.

Em realidade, a publicidade desse “varejão” de dois anos, é a negação do que deve ser a publicidade oficial. Em condições da prevalência da moralidade pública, essa aberração publicitária teria um fim e seus responsáveis punidos severamente.

Porém, se outra punição não houver, que a verdade verdadeira baste. Que a força da verdade, junto à opinião pública, seja a vergasta sobre os impostores.

Temos esta posição clara. A diferença ética, moral, política e pública, entre se fazer publicidade e informar, divulgar, esclarecer.

Vale aqui, Sr. Presidente, para concluir, o que recentemente dizia Helmut Schmidt, que dirige hoje a Alemanha Ocidental, que ele gasta 80% de seu tempo explicando aos alemães como se conduz, como administra e como realiza seus atos.

Aqui no Brasil, especificamente no caso interno, o que vemos? Uma bem elaborada política para vender um produto que sabemos que não é o mais real, que não é a verdade verdadeira.

Então, se mistifica.

Há, na verdade, uma tergiversação da realidade. É por esta razão que nós entendemos ser muito oportuna, e conclamamos este Parlamento que faça este voto ao próprio Parlamento, que deve ser o grande interessado em saber a quantas andam as verbas publicitárias do Paraná, porque é dinheiro do paranaense, e, portanto, não cabe ao Paraná pagar propaganda de pessoas ou a grupos, mas, sim, pode o Governo e deve explicar os seus atos, mostrar as suas obras, e, principalmente, esclari-

recer a opinião pública dos seus problemas, e do que se pretende fazer ou das suas realizações.

É esta diferença que eu acho que o requerimento tempestivo como este, merece o apoio desta Casa.

Nós precisamos mudar esta ótica. Já se acabaram os tempos do arbítrio, do obscurantismo, do autoritarismo, em que "Ninguém Segura este País", "Ame-o ou Deixe-o", ou "Dois Anos Maravilhosos", quando sabemos que não é verdade. É só correr o Paraná e ver.

Então, é, na verdade, uma propaganda dirigida, para mistificar, e isso nós não podemos concordar. E aí, as indagações propostas por Lineu Turra, companheiro de Partido, são oportunas, e tomara este Parlamento possa saber exatamente, as respostas que são aqui, pretendidas pelo nosso companheiro. Esperemos que este Parlamento possa, exatamente de pé, saber a realidade que se passa com o dinheiro de todos os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o reque-

rimento. — Aprovado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem). Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

11 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinta-feira, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 131/80 e 02/81, 03/81 e 15/81; e de Resolução n.ºs 01/81, 02/81, 03/81, 04/81, 05/81, 06/81 e 07/81.

Levanta-se a sessão.